

Defensoria Pública de Minas tem ampla atuação e monitora de perto efeitos da pandemia em Ribeirão das Neves

Unidade da Instituição na comarca tem investido em novos caminhos em busca de celeridade e efetividade no atendimento aos cidadãos. Município concentra presídios e alto índice de vulnerabilidade social

Defensoras e defensores públicos que atuam em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, têm somado esforços e se desdobrado para garantir o atendimento e a defesa dos direitos da população vulnerável da comarca, especialmente neste período da pandemia do novo coronavírus.

Especificidades do município, que abriga o maior complexo penitenciário de Minas Gerais, como baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alto adensamento populacional, tornam ainda mais essencial o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública mineira na comarca.

Uma das atuações expressivas que a Instituição tem exercido durante a pandemia é o monitoramento das unidades dos sistemas prisional e socioeducativo, para que as medidas sanitárias sejam devidamente aplicadas.

Um grupo de trabalho formado por defensoras e defensores públicos discute diariamente e acompanha a situação dos presídios e, também, das unidades de saúde de Ribeirão das Neves.



[Saiba mais sobre a atuação em diferentes áreas de atuação da Defensoria de Minas em Ribeirão das Neves](#)

DPMG emite recomendação para assegurar o direito à comunicação das custodiadas da Piep

[PÁGINA 2](#)

Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência foi o tema da palestra virtual realizada pela Esdep

A apresentação foi do defensor público do Rio de Janeiro, José Roberto Mello Porto.

[PÁGINA 4](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- [> Ações em destaque](#) [PÁGINA 2](#)
- [> Na mídia](#) [PÁGINA 2](#)
- [> Escola Superior](#) [PÁGINAS 3 e 4](#)
- [> Procedimentos internos](#) [PÁGINA 5](#)

Funcionamento da DPMG até 11/9/2020

Regime extraordinário de teletrabalho foi estendido até o dia 11 de setembro, mantendo o atendimento para todas as matérias ordinariamente a cargo de cada Defensoria Pública. A Resolução Conjunta nº DPG/CG DPMG n. 011/2020 também estipula condições para retomada do trabalho presencial dos servidores e funcionários terceirizados.

[Saiba mais](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Execuções Penais emite recomendação para assegurar o direito à comunicação das custodiadas da Piep

A Defensoria de Execuções Penais da DPMG na Capital emitiu recomendação administrativa à direção do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Piep), com o objetivo de assegurar às apenadas da unidade o direito ao contato com o mundo exterior e à comunicação com a família, parentes, amigos ou instituições idôneas.

Devido à pandemia do novo coronavírus, as visitas presenciais nas unidades prisionais de Minas Gerais foram suspensas e estão acontecendo de forma virtual em várias unidades.

Desde o início do mês março a Piep não dispõe mais de telefones públicos para utilização das apenadas, por isso não há mais cronogramas de ligações telefônicas periódicas como havia anteriormente. Segundo a Piep, por questões logísticas, os contatos telefônicos para as privadas de liberdade estão sendo realizados de forma pontual, após verificação da urgência da demanda e/ou da impossibilidade de manutenção de contato através dos outros meios de comunicação ofertados pela unidade.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais acompanha situação do fornecimento de água em assentamento na Região do Isidoro

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), juntamente com

a Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, acompanhou vistoria da Copasa nos assentamentos informais da Região do Isidoro, localizada em Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia.

Averiguar como estão as soluções, ainda que paliativas, de fornecimento de água no local foi o objetivo da vistoria. Os funcionários da Copasa, que estavam em campo, sugeriram e fizeram algumas intervenções provisórias.

A defensora pública Cleide Nepomuceno acompanhou a vistoria e destaca que a solução definitiva parte de um projeto para o abastecimento regular do assentamento, com soluções também para o saneamento básico, o que, segundo a Copasa, está sendo feito, mas ainda depende de recursos.



NA MÍDIA

PORTAL AGÊNCIA BRASIL

Defensoria apontou riscos para moradores em desocupação de área no Sul de Minas

[Acesse aqui](#)

PORTAL JORNAL DA CIDADE BH

Defensoria de Minas prioriza soluções extrajudiciais para garantir o direito à saúde dos assistidos

[Veja aqui](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública participa de debate sobre direitos dos povos ciganos

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou do evento virtual “Encontro dos Povos Ciganos: Resistências e Direitos de um Povo Milenar”, na quinta-feira (20/8).

Promovido pela Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos de Minas Gerais, o encontro teve como objetivo promover a orientação e a discussão sobre os encaminhamentos do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos (PNP/Ciganos), Esta-

tuto do Cigano e Processo de Consulta preconizado na Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169 da ONU e protocolos comunitários.

Esta mobilização contribuirá na organização da articulação institucional e social do povo cigano para a implementação da Política de Promoção da Igualdade Racial e promoção dos direitos dos povos ciganos.

O debate contou a participação de lideranças das principais etnias, instituições governamentais e entidades representativas dos direitos sociais e civis do Brasil.

[Leia a matéria na íntegra](#)

PUBLICAÇÕES

Portal Conjur publica artigo de defensora pública sobre atuação da Defensoria de Minas em Brumadinho

O portal Consultor Jurídico (Conjur) publicou, no dia 18 de agosto, o artigo “Defensoria e solução extrajudicial de conflitos após a tragédia de Brumadinho”, de autoria da defensora pública Renata Martins de Souza, tendo como parâmetro a atuação extrajudicial da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na resolução de conflitos decorrentes do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Coordenadora da DPMG em João Monlevade, Renata de Souza destaca os resultados bem-sucedidos dos acordos extrajudiciais firmados para pagamento de indenizações aos atingidos, a posição constitucional da Defensoria Pública como forma de demonstrar a sua capacidade de promover a solução extrajudicial de conflitos e convida à reflexão acerca do alcance fundamental de acesso à Justiça.

[Clique aqui para ler o artigo](#)



ESCOLA SUPERIOR

Live debate ‘Desafios da Maternidade – Profissão e Pandemia’

Durante a live da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep MG) dessa semana, a defensora pública Marina Buck Carvalho Sampaio (*foto da esquerda*) e a psicóloga clínica Renata Borja falaram sobre “Desafios da Maternidade – Profissão e Pandemia”.

- A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.

A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](#), onde o link fica disponível.



ESCOLA SUPERIOR

Escola Superior realiza palestra virtual com o tema Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) realizou, no dia 20 de agosto, a palestra “Aspectos práticos do Incidente de Assunção de Competência (IAC) e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Polêmicas do Agravo do art. 1030 do Código de Processo Civil”. A apresentação foi do defensor público do Rio de Janeiro, José Roberto Mello Porto.

Após um resgate histórico do precedente na jurisprudência, José Roberto Mello Porto explicou cada um dos recursos e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal sobre as matérias. “Apesar de bastante parecidos, os recursos possuem peculiaridades individuais, mas ambos com vistas ao mesmo objetivo de fixação da tese.

José Roberto destacou a legitimidade da Defensoria Pública para apresentar pressupostos para a instauração



do IRDR. “É importante que a Defensoria Pública seja protagonista na apresentação e monitoramento destes recursos, pois as consequências de se fixar um precedente negativo é muito ruim para o nosso trabalho”.

[Leia matéria na íntegra](#)

Série ‘Diálogos com as Desits’ debate paradigmas jurisprudenciais em saúde suplementar

O quinto encontro virtual da série “Diálogo com a Desits”, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), teve como tema “Paradigmas juris-



prudenciais em saúde suplementar”. A reunião aconteceu na sexta-feira (21/8). O tema foi apresentado pelo defensor público Felipe Soledade, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível (Desits-Cível).

De acordo com Felipe Soledade, a saúde suplementar representa um dos maiores volumes de demandas na segunda instância e, também, um dos temas de maior êxito nos tribunais superiores.

>> A próxima edição do evento será na sexta-feira (28/8), às 14 horas, e vai debater “Habeas Corpus – Observações necessárias a ampliar as possibilidades de concessão”.

[Veja outras informações no site da Esdep](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS INTERNOS

COOPPROC

“Mutirão Direito a Ter Pai 2020”

A 8ª edição do “Mutirão Direito a Ter Pai” em âmbito estadual está prevista para acontecer durante todo o mês de outubro. Em razão da pandemia pela covid-19, o evento será realizado em novo formato, seguindo o modelo de atendimento já adotado pela DPMG, para garantir a segurança e a saúde de todos os defensores públicos e assistidos.

Por meio do Memorando Circular nº 003/2020-CooProC, a Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias solicitou às defensoras e defensores públicos, que atuam nas Unidades do interior, que manifestassem o interesse em participar, informando a quantidade de exames de DNA previstos.

[Acesse aqui o Memo Circular nº 003/2020-CooProC](#)

ASCOM INFORMA

Enquete com defensoras e defensores públicos aprova Agenda Institucional Imprensa 2021 da DPMG

A Assessoria de Comunicação e Cerimonial (Ascom) da DPMG informa que dará início à produção da Agenda Institucional Imprensa de 2021. Resultado de enquete enviada para a participação de defensoras e defensores públicos mostrou que a maioria deseja receber o produto distribuído anualmente pela Defensoria Pública-Geral.

A enquete teve o registro total de 426 votantes. A pergunta “Você gostaria de receber a agenda impressa da Defensoria Pública de 2021?” recebeu 425 votos. Destes, 66% (280) responderam afirmativamente. Também 425 participantes responderam à pergunta “Você usa a agenda distribuída pela Defensoria Pública-Geral?”, sendo 295 “SIM”.

Os participantes responderam também questões sobre modelo da agenda, seções disponibilizadas, recursos gráficos e informações fornecidas.

[Clique aqui para conferir os resultados](#)

Atualização da lista de telefones/ramais da Capital

[Acesse aqui a planilha](#)

CORREGEDORIA-GERAL

Instrução sobre recomendações a defensores sobre audiências cíveis e criminais

Por meio da Instrução nº 007/2020/CGDPMG, o corregedor-geral da Defensoria Pública faz recomendações às defensoras e defensores públicos sobre digitalização de processos físicos e audiências.

[Clique aqui para ler](#)

ESDEP INFORMA

Sorteio de vagas e desconto para o I Congresso Virtual Mineiro de Direito das Famílias e Sucessões

Nos dias 28 e 29 de agosto será realizado o I Congresso Virtual Mineiro de Direito das Famílias e Sucessões do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), por meio da plataforma Zoom.

A Defensoria Pública de Minas Gerais sorteará 15 vagas para participação entre defensoras e defensores públicos que atuam na área de Família e Sucessões, arcando com os custos da inscrição.

O sorteio será realizado no dia 26 de agosto, às 14 horas.

As inscrições deverão ser feitas até as 11h59 desse dia (26/08), por meio do e-mail: sorteioscapacitacao@defensoria.mg.def.br, informando nome completo, e-mail, telefone e lotação.

[Leia nota na íntegra](#)

Chamada de artigos: revista da Defensoria de SP

A Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo convida todos e todas para a submissão de artigos para o seu próximo número, que terá dossiê temático sobre a Pandemia e os Direitos Fundamentais, abrindo espaço para pesquisas e estudos que abordem as desigualdades socioeconômicas relacionadas ao acesso à saúde, moradia, emprego e renda, circunstâncias agravadas em razão da pandemia.

Pretende-se, ainda, propiciar a produção de artigos sobre as diferentes perspectivas em relação à pandemia de acordo com as diferenças de classe, gênero e raça, bem como o papel do Estado na regulação e efetivação de direitos e na promoção do bem-estar social, além de outras perspectivas afins.

[Leia a nota na íntegra](#)

FALECIMENTOS

Homenagens póstumas do Conselho Superior

Por meio de notas de condolências, o Conselho Superior presta homenagens ao defensor público João Henrique Rennó Matos (*in memoriam*), à servidora Rosângela Monteiro de Souza (*in memoriam*) e ao defensor público Frederico Newman Figueiredo de Araújo, pela perda de sua filha.

[Clique aqui para ver as homenagens](#)

Notas de pesar

A DPMG comunica, com pesar, o falecimento do sr. Jesus Cândido da Silva (dia 15/8), padrasto da defensora pública Maria Helena Melo, e da sra. Iracema Paes de Castro, mãe da defensora Kacyla Maria de Castro, em atuação na unidade de Itajubá, sepultada no dia 17. Aos familiares e amigos, nossas sinceras condolências e solidariedade.